

Unidade Orgânica: Divisão de Licenciamento

Assunto: **Plano de Urbanização de Tavira (PCGT 223)- Convocatória de Conferência
Procedimental 27-01-2020**
Req: Comissão de Coordenação Desenvolvimento Regional do Algarve

Data: 2020-01-22

Nº: INF/34/2020/DL/DRAPALG

Proc.: PU/1/2019/DL/DRAPALG

PARECER

Visto. Concorde com a presente informação e parecer infra.

Assim, sublinhando que dentro dos limites do plano não existem solos classificados como RAN, propõe-se a emissão de parecer favorável ao **Plano de Urbanização de Tavira (PUT)**

À consideração superior
O Diretor de Serviços



Miguel Mota e Costa
23-01-2020

Visto
Atento ao informado e considerando que agora estão reunidas condições para aprovação do PU de Tavira, assim proponho emissão de **parecer favorável.**

À consideração superior
O Chefe de Divisão

José Paulo de Jesus
23-01-2020

DESPACHO

Visto. Concorde com
o proposto.
Procedimento
submetido.
22.01.23
Mário Dias

MÁRIO DIAS
DIRETOR REGIONAL ADJUNTO

A Câmara Municipal de Tavira, nos termos do definido no n.º 2,3 e 4, do art.º 78.º, do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14/05 (que aprova o novo Regime Jurídico Instrumentos de Gestão Territorial-RJIGT), vem solicitar parecer sobre o **Plano de Urbanização de Tavira (PUT)** remetido através da Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial (PCGT).

Para o efeito, foram remetidas as peças escritas e desenhadas identificadas como Relatório Ambiental, Programa de execução e Plano de financiamento, Relatório do Plano, regulamento, fichas de património arquitetónico e arqueológico, compromissos urbanísticos e respetivas peças gráficas, das quais destacamos as Plantas de Zonamento (24C-outros limites de proteção e salvaguarda, 24 E-Património arqueológico) e Planta de Condicionantes (23).

I. ENQUADRAMENTO E ANÁLISE

A área de intervenção do PUT abrange uma área de 304,2 ha, e corresponde a área central da cidade Tavira. O Plano tem como objetivo principal a reabilitação e requalificação do parque habitacional e espaço público permitindo a gestão eficaz e salvaguarda do património existente no centro da cidade de Tavira.

O PUT foi objeto de pronúncia por parte da DRAP no contexto da Conferência procedimental (CP) realizada a 25-06-2015, conforme INF/ 563/2015/DL/DRAPALG, de 01-07-2015, através da qual se comunicou que o parecer final seria emitido após entrega dos elementos referentes à proposta de exclusão da RAN.

Sublinha-se que, o plano em apreciação no âmbito da CP, apresentava uma proposta de génese diferente da agora em análise, com uma área de intervenção mais alargada em que se distinguiam as categorias de solo urbano e rústico, e se proponha a reclassificação de solo de rustico para urbano.

A proposta agora em apreciação, foi reformulada tendo presente os pareceres emitidos no contexto da CP, bem como a alteração do quadro legal¹ e a necessidade imperiosa de tornar eficaz um instrumento de planeamento que permita a gestão da zona urbana da cidade de Tavira.

Sobre o PUT em análise sublinha-se o seguinte:

- Os limites do PUT em análise, correspondem aos cartografados no PDM em vigor, leia-se os limites aprovados e publicados em Diário da Republica, 2.ª série, n.º 238 de 11-12-

¹ Nova Lei de bases gerais de política pública de solos de ordenamento e de urbanismo, alteração do regime jurídico de instrumentos de gestão territorial e respetivos decretos regulamentares

2007, através do aviso n.º 24377-B/2007, que aprova a alteração pontual ao PDM de Tavira.

- No que respeita ao solo, à exceção do leito do rio Gilão, toda a área se classifica como solo urbano destinado a fins de urbanização, edificação e programação da estrutura ecológica.
- Quanto à qualificação distinguem-se as seguintes categorias:
 - ✓ Espaços centrais;
 - ✓ Espaços habitacionais;
 - ✓ Espaços de atividades económicas;
 - ✓ Espaços de uso especial;
 - ✓ Espaços verdes;
 - ✓ Espaços Naturais e Paisagísticos.

São identificadas dentro dos limites do PUT servidões administrativas e restrições de utilidade pública, de entre as quais se destacam obras do Aproveitamento Hidroagrícola; Reserva Ecológica Nacional, Recursos hídricos, áreas protegidas, diversos imóveis classificados e equipamentos de defesa nacional.

Reserva Agrícola Nacional

No que respeita à Reserva Agrícola Nacional (RAN), esclarece-se que, no contexto da alteração pontual do PDM (publicada em Diário da República, 2.ª série, n.º 238 de 11-12-2007, através do aviso n.º 24377-B/2007), foi emitido parecer favorável por parte da Ex. Comissão Regional da RAN (CRRAN) à proposta de exclusão de áreas de RAN dentro dos limites do Perímetro urbano de Tavira, conforme Ofício n.º 94/CRRA/05, de 31-01-2005 e cartografia que se anexa à presente informação.

Nesta medida, e tendo presente que os limites do Plano de Urbanização de Tavira correspondem aos limites aprovados para o Perímetro Urbano de Tavira em vigor no PDM (alterado pelo aviso n.º 24377-B/2007), confirma-se que a área do PUT não integra solos classificados como RAN.

Avaliação Ambiental Estratégica

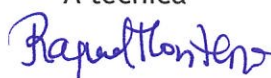
No que respeita ao relatório ambiental, consideramos que são identificados os fatores críticos de decisão (FCD), respetivos critérios e objetivos de sustentabilidade. São igualmente identificadas as medidas e recomendações de monitorização necessárias ao controlo e avaliação contínua quer durante a fase de implementação quer de vigência do PUT.

II. CONCLUSÃO

Face ao exposto, propõe-se que no contexto da Conferencia Procedimental a realizar nos termos do art.º 86.º do RJIGT, seja emitido **parecer favorável** ao Plano de Urbanização de Tavira e respetiva Avaliação Ambiental Estratégica.

Salienta-se que, foi confirmado que dentro dos limites do PUT não existem solos classificados como RAN.

À consideração superior,

A técnica

Raquel Monteiro

Anexo: Ofício n.º 94/CRRA/05, de 31-01-2005



Ministério da
Agricultura,
do Desenvolvimento
Rural e das Pescas

COMISSÃO REGIONAL DA RESERVA AGRÍCOLA DO ALGARVE

CULTAVIRA 005916 05 02 07

DRAALG
Direção Regional
de Agricultura
do Algarve

Ofício N.º: 94/CRRA/05

Proc. N.º:

Entr. N.º:

001537 03-02-05

Exmº Senhor
Presidente da Câmara Municipal de
Tavira

Praça da República

8800-951 Tavira

Sua Ref.: 34574

Sua Comunicação: 04.Dez.27

Data: 05.01.31

Assunto: ACERTOS CARTOGRÁFICOS PONTUAIS (PDM)-Acertos no Perímetro Urbano
PEDIDO DE PARECER - PRCº.564/04

Nos termos e para os efeitos previstos no Artº 32º do Dec. Lei nº 196/89, de 14 de Junho, de acordo com a redacção que lhe foi dada pelo Dec. Lei nº 274/92, de 12 de Dezembro, comunica-se a V.Exª. que, relativamente à vossa comunicação em epígrafe, a Comissão Regional da Reserva Agrícola do Algarve em 05.01.21, deliberou Aprovar a Alteração à Delimitação da Reserva Agrícola Nacional, integrada na Carta de Condicionantes do PDM de Tavira, conforme Planta à escala 1:10.000 datada de Dezembro de 2004.

Com os melhores cumprimentos.

O PRESIDENTE DA CRRA ALGARVE

Álvaro José Mendonça Teixeira

EH.-

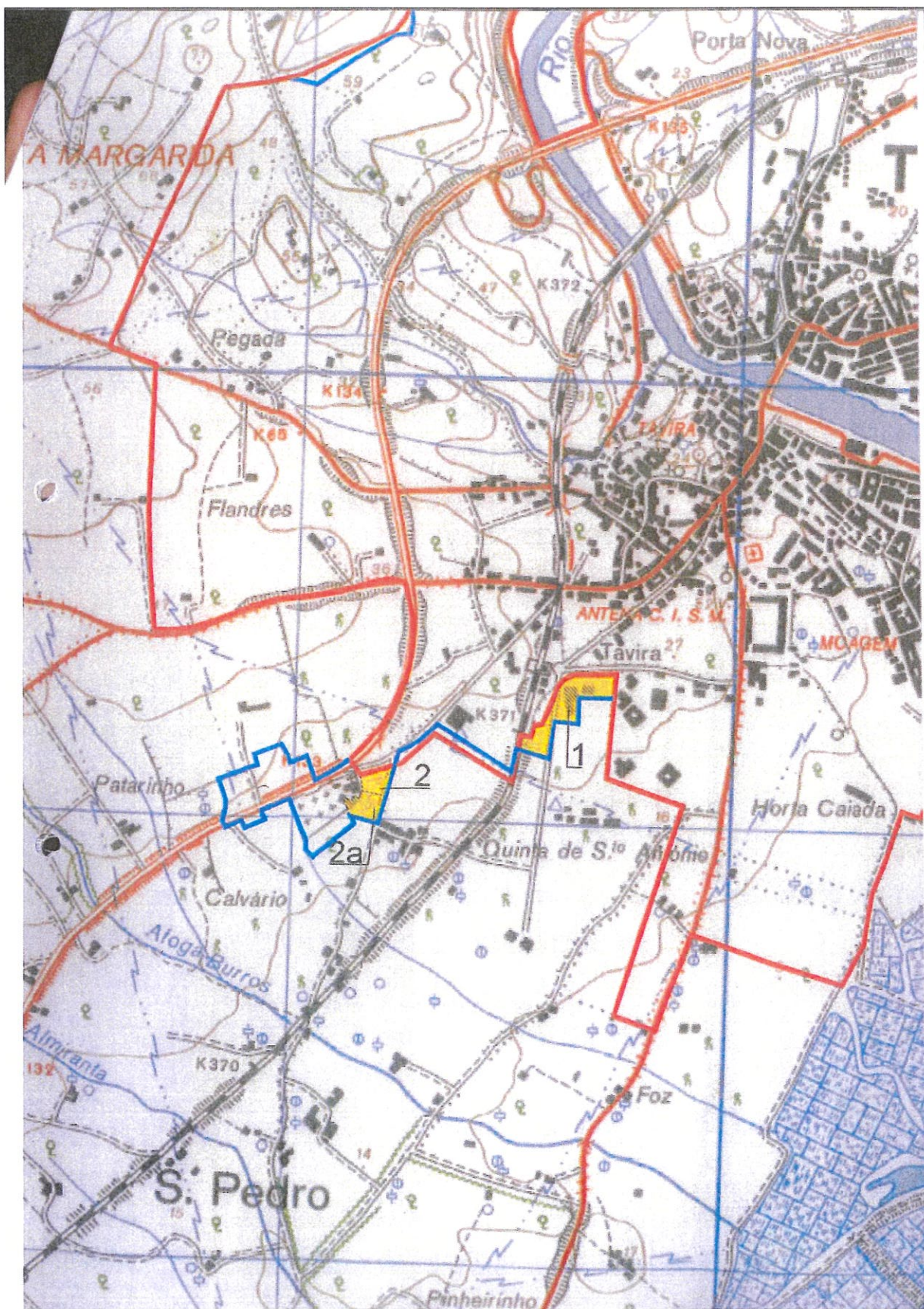
À DPU

Remeter cópia para
todos os elementos
de CMC.

Apartado 282, Patacão, 8001-904 FARO - Tel: 289 870700 - Fax - 289816003

foi enviado aos membros
da Comissão em 05/02/11
a exp. CHIE DRAALG

2005/2/2



Identificação das áreas a desafectar dos solos da RAN

A DELIMITAÇÃO É APENAS APROXIMADA

LEGENDA:

— Limite do Perímetro Urbano de Tavira definido em PDM

— Acertar limites urbanos pelo cadastro ou pelos limites físicos identificáveis

Parcelas a desafectar:

- 1 - Parcela da Zona Agrária (15.019,00m²)
- 2 - Parcela confinante com a EN.125 no futuro acesso a Santa Luzia (3.322,00m²)
- 2a - Parcela confinante com a EN 125 no futuro acesso a Santa Luzia (4.1776,00m²)
- 3 - Parcela no Mato Santo Espírito (2.756,00m²)

Dezembro/2004

Escala 1/10000